

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Rua Joaquim Floriano, 960, 11º Andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04534-004

CNPJ: 43.774.196/0001-84

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.

Demonstrações divulgadas no site em <https://agrolend.agr.br>

A Diretoria da AGROLEND declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

ANDRE
GLEZER:22828
128830

Assinado de forma
digital por ANDRE
GLEZER:22828128830
Dados: 2026.05.21
16:25:27 -03'00'

André Glezer
Diretor

ALAN
GLEZER:3043
5392816

Assinado de forma
digital por ALAN
GLEZER:30435392816
Dados: 2026.05.21
16:29:40 -03'00'

Alan Glezer
Diretor

Paulo Pereira
CRC SC 030018/O-3

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, André Glezer, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano nº 960, 11º Andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04534-004 assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Eu, Alan Glezer, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano nº 960, 11º Andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04534-004 assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

31 de março de 2026

ANDRE
Assinado de forma
digital por ANDRE
GLEZER:22828128830
Dados: 2026.05.21
16:27:17 -03'00'

André Glezer
Diretor

ALAN
Assinado de forma
digital por ALAN
GLEZER:30435392816
Dados: 2026.05.21
17:54:40 -03'00'

Alan Glezer
Diretor

Carta dos Administradores**São Paulo, 31 de Março de 2026**

Senhores(as),

A Administração da Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. apresenta as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade da expansão das operações de crédito da Instituição, com crescimento disciplinado da carteira e manutenção de uma estrutura financeira sólida. A estratégia da Agrolend permanece pautada por princípios de prudência, com rigor nos processos de análise e concessão de crédito, gestão conservadora de riscos e foco na qualidade da carteira.

Ao longo do exercício, a Instituição manteve níveis robustos de capitalização e liquidez, preservando ampla margem em relação aos requerimentos regulatórios. O índice de Basiléia simplificado atingiu aproximadamente 44,56% ao final do período, refletindo a solidez da estrutura de capital e a capacidade da Instituição de sustentar o crescimento de suas operações com segurança.

A carteira de crédito totalizou R\$ 968 milhões ao final de 2025, sendo acompanhada por políticas de monitoramento contínuo de risco e constituição de provisões compatíveis com o perfil da carteira e com as diretrizes regulatórias aplicáveis. A Instituição segue comprometida com uma abordagem prudencial na gestão de crédito, priorizando operações estruturadas, garantidas e com adequada relação risco-retorno.

A Administração entende que a combinação entre disciplina na origem de crédito, gestão conservadora de riscos e sólida estrutura de capital posiciona a Agrolend de forma robusta para continuar expandindo suas operações de forma sustentável.

A Diretoria reafirma seu compromisso com a transparência, a solidez financeira e a geração de valor de longo prazo para seus acionistas, investidores e demais parceiros.

Diretoria

Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo, Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4100
grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Conforme mencionado na Notas Explicativa nº2, chamamos atenção às demonstrações contábeis, que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº-352 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem a carta de apresentação das demonstrações contábeis, termo declaratório e relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange a carta de apresentação das demonstrações contábeis, o termo declaratório e o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/F-2



Rodrigo Souza Fidalgo

Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ 43.774.196/0001-84

Balanco Patrimonial

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo			Passivo		
	Notas	31/12/2025		Notas	31/12/2025
<u>Circulante</u>		<u>997.776</u>	<u>Circulante</u>		<u>727.143</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.498	Depósitos	11	45.089
			Depósitos Interfinanceiros		30.037
Títulos e Valores Mobiliários	6	187.364	Depósitos à Prazo - CDB		15.052
Livres		187.364			
Cotas de Fundos de Investimentos		2.385	Obrigações p/ emissão Letras Créd Agronegócio	12	669.740
Títulos de Renda Fixa - no País		184.979	Obrigações por emissão LCA		669.740
Operações de Crédito e Direitos Creditório	7	804.191	Outras obrigações	13	12.314
Operações de crédito		823.637	Fiscais e previdenciárias		11.611
(-) Provisões p/ perdas de risco de crédito	7.4	(19.446)	Diversas		703
Outros créditos	8	4.120			
Diversos		4.120	<u>Não Circulante</u>		<u>309.556</u>
			Depósitos	11	236.707
Outros Valores e Bens	9	603	Depósitos à Prazo - CDB		236.707
Máquinas Agrícolas		603			
			Obrigações p/ emissão Letras Créd Agronegócio	12	72.849
<u>Não Circulante</u>		<u>541.079</u>	Obrigações por emissão LCA		72.849
Títulos e Valores Mobiliários	6	402.219			
Livres		402.219	<u>Patrimônio Líquido</u>	14	<u>502.156</u>
Títulos de Renda Fixa - no Exterior		402.219	Capital Social		470.000
			Capital		470.000
Operações de Crédito e Direitos Creditório	7	138.723	Reserva de Capital		8.068
Operações de crédito		144.547	Reservas de Lucros		24.088
(-) Provisões p/ perdas de risco de crédito	7.4	(5.824)	Reserva Legal		1.335
			Reservas Especiais		22.753
Imobilizado	10	137			
Outras Imobilizações de Uso		140			
(-) Depreciações Acumuladas		(3)			
Total do Ativo		1.538.855	Total do Passivo e Patrim. Líquido		1.538.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ 43.774.196/0001-84

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE/EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas	01/07 até 31/12/2025	01/01 até 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		94.517	162.590
Operações de crédito	15	58.991	97.471
Resultado com operações interfinanceiras de liquidez		2.155	2.155
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	16	33.371	62.964
Despesas da Intermediação Financeira		(45.176)	(74.045)
Operações de captação no mercado	17	(35.430)	(54.275)
Provisão para perdas esperadas Risco Crédito	7.4	(9.746)	(19.770)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		49.341	88.545
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(31.398)	(50.253)
Receitas de prestação de serviços		586	790
Outras despesas administrativas	18	(17.972)	(34.279)
Despesa com Remuneração Baseada em ações	19	(8.068)	(8.068)
Despesas tributárias	20	(7.127)	(9.469)
Outras receitas operacionais		1.838	2.085
Outras despesas operacionais		(655)	(1.312)
Resultado Operacional		17.943	38.292
Resultado Não Operacional		16	16
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		17.959	38.308
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(2.897)	(14.427)
Provisão para imposto de renda - valores correntes		(3.105)	(10.307)
Provisão para contribuição social - valores correntes		(1.988)	(6.316)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos		2.196	2.196
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO			
Lucros Líquido do Semestre/Exercício		15.062	23.881
Quantidade de ações		470.000	470.000
Lucro por ação do Semestre		0,0320	0,0508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ 43.774.196/0001-84

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRE/EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

***Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

	01/07 até 31/12/2025	01/01 até 31/12/2025
Lucro Líquido do Semestre	15.062	23.881
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Semestre/Exercício	15.062	23.881

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ 43.774.196/0001-84

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE/EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eventos		Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
				Legal	Especiais		
Saldos em 01 Janeiro de 2025	14	470.000	-	141	1.894	-	472.035
Ajuste de Exercícios Anteriores						1.450	1.450
Reserva de Pagtos Baseados Instr. Capital			8.068	-	-	-	8.068
Efeitos adoção inicial da Res.CMN nº 4.966/21		-		-	-	(2.080)	(2.080)
Lucro do exercício		-		-	-	23.881	23.881
Destinações							
Reserva Legal				1.194		(1.194)	-
Reserva de Lucros				-	22.057	(22.057)	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		-		-	(1.198)	-	(1.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14	470.000	8.068	1.335	22.753	-	502.156
Mutações do Exercício		-	8.068	1.194	20.859	-	30.121

Eventos		Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
				Legal	Especiais		
Saldos em 01 Julho de 2025	14	470.000	-	141	696	6.739	477.576
Ajuste de Exercícios Anteriores						1.450	1.450
Reserva de Pagtos Baseados Instr. Capital		-	8.068	-	-	-	8.068
Lucro do Semestre		-		-	-	15.062	15.062
Destinações							
Reserva Legal				1.194		(1.194)	-
Reserva de Lucros					22.057	(22.057)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14	470.000	8.068	1.335	22.753	-	502.156
Mutações do Semestre		-	8.068	1.194	22.057	(6.739)	24.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ 43.774.196/0001-84

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

SEMESTRE/EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

***Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

	01/07 até 31/12/2025	01/01 até 31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucros Líquido do Semestre/Exercício	15.062	23.881
Ajustes por Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9.746	13.236
Ajustes por Depreciação	3	3
Variação de Ativos e Obrigações	(387.973)	(824.820)
Redução/(Aumento) dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	280.824	(187.265)
(Aumento) dos Ativos: Operações de crédito	(667.547)	(633.900)
(Aumento) dos Ativos: Outros créditos	(2.084)	(2.190)
(Aumento) dos Ativos: Outros valores e Bens	(473)	(603)
Aumento nos Passivos Outras obrigações	1.538	8.535
(Redução) nos Passivos Credores Diversos	(231)	(9.397)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(363.162)	(787.700)
Caixa Líquido das Atividades de financiamento	683.459	746.759
Operações de Captação	675.391	739.889
Reserva de capital	8.068	8.068
Pagamento Juros ao Capital Próprio	-	(1.198)
Caixa Líquido das Atividades de investimento	(402.359)	(402.359)
(Aumento) / Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários de Longo Prazo	(402.219)	(402.219)
Aquisições de Ativo Imobilizado	(140)	(140)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(82.062)	(443.300)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	83.560	444.798
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	1.498	1.498

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. , doravante denominada de “Instituição”, sociedade anônima de capital fechado, instituição individual, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 16 de setembro de 2021 através do Ofício 21377/2021–BCB/Deorf/GTSP1, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018, com sede na Rua Joaquim Floriano, 960, 11º andar, São Paulo–SP, obteve a aprovação, em 17 de abril de 2023, de mudança de objeto social para sociedade de crédito, financiamento e investimento, adotada a denominação AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., “Agrolend SCFI”, através do Ofício do Banco Central do Brasil de número 10524/2023–BCB/Deorf/GTSP1. A partir dessa mudança, a instituição passou a ter por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira autorizada pelo Banco Central do Brasil, de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, em especial, a realização de operações de crédito para financiamento de bens e serviços a pessoas físicas ou jurídicas e para financiamento de capital de giro a pessoas jurídicas, conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do estado de São Paulo ocorreu no dia 05/10/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional – CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN, o que inclui os seguintes procedimentos conforme elencados abaixo:

CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico;

CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis;

CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;

CPC 04 – Ativo Intangível;

CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas;

CPC 06 – Arrendamentos;

CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações;

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

CPC 24 – Eventos Subsequentes;

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

CPC 27 – Ativo Imobilizado;

CPC 33 – Benefícios a Empregados;

CPC 41– Resultado por ação; e

CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações contábeis.

Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no artigo 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Instituição, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 31 de março de 2026, data em que a emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício findo, a Instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.

c) Ativo e passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia.

e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 352/23 e legislação complementar.

f) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve a ocorrência de resultados não recorrentes.

g) Impostos de renda, contribuição social, PIS e Cofins

As despesas de imposto de renda e contribuição social, quando existentes, compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente.

As despesas com PIS e Cofins, quando existentes, são calculadas sobre as receitas sendo as alíquotas aplicadas de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas auferidas.

h) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Instituição no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações contábeis.

A instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- Passivo Contingentes – são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

Não há no momento ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a instituição.

j) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

k) Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas pela média ponderada de ações ordinárias no período. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro (prejuízo) básico por ação, porém, considerando potenciais efeitos de diluição, quando existentes.

l) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com as orientações da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que determinam a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1) 3 Divulgação sobre Partes Relacionadas.

m) Continuidade operacional

A instituição avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

n) Receitas e despesas

As receitas e despesas, são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4.966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de negócios e classificação dos instrumentos financeiros ativos e passivos

A instituição classifica seus ativos e passivos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo e Passivo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Depósitos Interfinanceiros – Ativos	Negociação	Valor Justo no Resultado

Tipo de Ativo e Passivo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Depósitos Interfinanceiros Rural	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	Negociação	Valor Justo no Resultado
Cotas de Fundos de Investimento	Negociação	Valor Justo no Resultado
Depósitos Interfinanceiros – Passivos	Pagamentos de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Certificados de Depósitos Bancários	Pagamentos de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Letras de Crédito do Agronegócio	Pagamentos de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do reconhecimento de receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para perdas esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e reestruturação de ativos financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de riscos financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores aplicados em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais e seguem a seguinte composição:

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2025	Classificação Contábil
Disponibilidades totais	1.498	
Depósitos Bancários em Instituição S/ Conta Reserva	1.498	Custo Amortizado

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição.

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2025	Classificação Contábil
Títulos E Val. Mob. E Inst. Financeiros	<u>589.583</u>	
Curto Prazo	187.364	
Cotas de Fundos de Curto Prazo (i)	2.385	Valor Justo Resultado
Títulos Públicos Federais LFT (ii)	184.979	Valor Justo Resultado
Longo Prazo	402.219	
Aplicações em ICO BRL Note (iii)	402.219	Valor Justo Resultado

(i) Fundo DAYCOVAL TIT PÚBLICO I CNPJ 34.658.789/0001-94. Vencimentos indeterminados (resgate imediato)

(ii) Rentabilidade Taxa Selic (aprox.) Vencimento em Mar/27

(iii) Rentabilidade entre 11 a 12% ao ano. Vencimento em 2027

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A Agrolend iniciou suas operações de crédito com a liberação de cédulas de produto rural financeira-CPRF em fevereiro de 2023 e em junho de 2025 iniciou operações de desconto de títulos.

7.1. Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

Operações de Crédito	31/12/2025		
	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	236.969	144.547	381.516
Títulos Descontados	586.668	-	586.668
Saldo Contratual	823.637	144.547	968.184
(-) Provisão de Perdas	(19.446)	(5.824)	(25.270)
Saldo Contábil Líquido	804.191	138.723	942.914
Classificação Contábil	Custo Amortizado		

7.2. Sendo a classificação por estágios de risco de crédito a seguinte:

	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	968.184
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	957.037
Empréstimos e Direitos Creditórios	957.037
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	11.147
Empréstimos e Direitos Creditórios	11.147

7.3. Sendo a classificação por carteira de risco de crédito e provisão a seguinte:

31/12/2025

Classificação por Carteiras de Provisão	968.184
Carteira C3	586.668
Não Problemáticos	586.446
De 0 a 14 dias de atraso	586.038
De 15 a 30 dias de atraso	408
Problemáticos Inadimplidos	222
Inadimplido – período menor que um mês	222
Carteira C4	381.516
Não Problemáticos	370.591
De 0 a 14 dias de atraso	354.426
De 15 a 30 dias de atraso	13.449
De 31 a 60 dias de atraso	1.356
De 61 a 90 dias de atraso	1.360
Problemáticos Adimplidos	102
De 0 a 90 dias de atraso	102
Problemáticos Inadimplidos	10.823
Inadimplido – período menor que um mês	1.336
Inadimplido – período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	2.379
Inadimplido – período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	553
Inadimplido – período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	592
Inadimplido – período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	1.607
Inadimplido – período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	3.013
Inadimplido – período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	–
Inadimplido – período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	180
Inadimplido – período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	1
Inadimplido – período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	–
Inadimplido – período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	89
Inadimplido – período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	36
Inadimplido – período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	1.005
Inadimplido – período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	1
Inadimplido – período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	31

7.4. Movimentação da provisão para perdas

MOVIMENTO PROVISÃO PERDAS DE RISCO DE CRÉDITO

Saldo Provisão 31/12/2024	(9.954)
Ajuste conforme Res.4.966/21	(2.080)
Constituição Provisão no ano	(19.770)
Baixas para prejuízo	6.534
Saldo em 31/12/2025 (i)	(25.270)
(i) Curto Prazo	(19.446)
Longo Prazo	(5.824)

7.5. Distribuição da carteira de crédito por concentração de clientes

31/12/2025

TOTAL	SALDO	%
Maior cliente	73.617	8%
10 seguintes maiores clientes	354.051	36%
20 seguintes maiores clientes	265.069	27%
50 seguintes maiores clientes	172.708	18%
100 seguintes maiores clientes	66.592	7%
Demais Clientes	36.147	4%
TOTAL SALDO	968.184	100%

8. OUTROS CRÉDITOS

Abaixo a composição dos outros créditos:

	31/12/2025
<u>Diversos</u>	<u>4.120</u>
Impostos e Contribuições a Compensar	1.815
Adiantamentos	109
Ativos Fiscais Diferidos	2.196

O valor de adiantamentos refere-se a adiantamento de despesas administrativas a ser reembolsado. Impostos a compensar estão aguardando restituição por parte Receita Federal.

9. OUTROS VALORES E BENS

Valor referente a recebimento de máquinas agrícolas em dação de pagamento de dívida no valor de R\$ 603 (seiscentos e três mil reais) registradas em ativos não financeiros mantidos para venda.

10. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-
Aquisições	140	140
Baixas	-	-
Depreciações	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	137	137

A depreciação é calculada com base no custo de aquisição e vida útil dos bens, que para os equipamentos de informática é de 5 anos, com taxa de depreciação anual de 20%.

11. DEPÓSITOS

Os depósitos interfinanceiros (DI) pós-fixados apresentaram saldo de R\$ 30.037 em 31/12/2025, com taxa de captação média de 100% do CDI + 1,85% e prazo de vencimento em Março/2026.

O saldo de R\$ 15.052 refere-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados com taxa de captação média de 111% do CDI, já os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pré-fixados ao final do período apresentaram saldo de R\$ 236.707, com taxa de captação média de 14,7% a.a. Os vencimentos ocorrem entre Março/2026 e Janeiro/2027.

	A vencer			31/12/2025	
	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
Depósito Interfinanceiro	30.037	–	–	30.037	10,7%
Depósitos a Prazo – CDB – Pós-fixados	15.052	–	–	15.052	5,3%
Depósitos a Prazo – CDB – Pré-fixados	–	–	236.707	236.707	84%
Total	45.089	–	236.707	281.796	100%

Classificação contábil	CUSTO AMORTIZADO				
Circulante	45.089				
Não Circulante	236.707				

12. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO

As captações com Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) pré-fixadas possuem taxa média de 12,50% ao ano, já os títulos pós-fixados são captados à taxa média de 95% do CDI. Os vencimentos ocorrem entre janeiro de 2026 e abril de 2030.

	A vencer				31/12/2025	
	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	de 4 a 5 anos	Total	%
Letras do Agronegócio – Pré-Fixadas	130.187	489.379	54.275	18.574	692.415	93%
Letras do Agronegócio – Pós-Fixadas	–	50.174	–	–	50.174	7%
Total	130.187	539.553	54.275	18.574	742.589	100%
Classificação contábil	CUSTO AMORTIZADO					

Circulante	669.740
Não Circulante	72.849

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	31/12/2025
<u>Outras Obrigações</u>	<u>12.314</u>
Impostos sobre o lucro a Pagar	10.971
Impostos e Contribuições a Recolher	640
Credores Diversos – País	703

Os valores registrados em credores diversos são oriundos de pendências de liquidação de operações de crédito e FGC a pagar.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social totalizou no final do semestre e exercício findo em 31/12/2025, o valor de R\$ 470.000 (quatrocentos e setenta milhões de reais), representado por 470.000 (quatrocentos e setenta milhões) de ações ordinárias nominativas, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada.

Lucros Acumulados

A Instituição apurou lucro contábil no segundo semestre na ordem de R\$ 15.062 (quinze milhões e sessenta e dois mil reais). Já o lucro anual totalizou R\$ 23.881 (vinte e três milhões, oitocentos e oitenta e um mil reais) em 2025.

Reserva de Capital

Constituída para reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital (Opções de Ações) no valor de R\$ 8.068 (oito milhões, sessenta e oito mil).

Reserva Legal

A Reserva Legal totalizou R\$ 1.335 (um milhão, trezentos e trinta e cinco mil), com o saldo inicial de R\$ 141 em 31/12/2024 mais a destinação de 5% do resultado do exercício de 2025 no valor de R\$ 1.194 (um milhão, cento e noventa e quatro mil reais).

Reservas de Lucros

Reservas de Lucros totalizou R\$ 22.753 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil) sendo composta por dividendos obrigatórios não distribuídos na ordem de R\$ 6.341 (seis milhões e trezentos e quarenta e um mil) e R\$ 16.412 (dezesseis milhões, quatrocentos e doze mil) de outras reservas.

Ajustes Realizados em Operações de Créditos

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se um aumento total de R\$ 2.080 (dois milhões e oitenta mil reais) no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

15. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2025</u>
Operações de Crédito	<u>58.991</u>	<u>97.471</u>
Rendas de CPRF	38.670	75.432
Rendas de Operações de Desconto	20.321	22.039

16. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2025</u>
Títulos e Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	<u>33.371</u>	<u>62.964</u>
Renda de Aplicação em Fundos de Investimentos	4.055	6.124
Renda de Títulos de Renda Fixa	13.097	33.485
Rendas de Aplicações em ICO BRL Note	16.219	23.355

17. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2025</u>
Despesas de Captação	(35.430)	(54.275)
Operações no Mercado DI (i)	(1.583)	(4.219)
Operações no Mercado CDB (i)	(7.115)	(7.115)
Operações no Mercado LCA (i)	(26.444)	(42.499)
Contribuições FGC	(288)	(442)

(i) Refere-se a despesas com a remuneração de emissão de letras de crédito do agronegócio, com taxas detalhadas na Nota Explicativa nº 12, despesas com depósitos interfinanceiros com taxa detalhada na Nota Explicativa nº 11 e despesa com certificados de depósitos bancários com taxas detalhadas na Nota Explicativa nº 11.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01 a 31/12/2025</u>
Despesas Administrativas	(17.972)	(34.279)
Água Energia e Gás	(30)	(37)
Aluguéis	(486)	(878)
Despesas de Pessoal	(22)	(22)
Comunicação	(1)	(2)
Contribuições Filantrópicas	(200)	(200)
Desp. Conservação Manutenção Bens	(1)	(30)
Desp Materiais	(68)	(143)
Processamento de dados	(2.238)	(3.743)
Publicidade, Propaganda, Promoções e Relações Públicas	(1.306)	(1.957)
Despesas do Sistema Financeiro	(222)	(375)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.585)	(3.278)
Serviços de Terceiros diversos	(6.718)	(12.035)
Despesas de transportes	(60)	(92)
Despesas de Viagens	(129)	(129)
Outras despesas Administrativas	(416)	(991)
Rateio de Despesas Corporativas (i)	(4.490)	(10.367)

(i) Rateio de despesas corporativas referente aos valores que cabem à Agrolend SCFI na divisão das despesas administrativas realizadas conjuntamente com a Holding.

19. DESPESA COM REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2025</u>
	<u>(8.068)</u>	<u>(8.068)</u>
Remuneração Baseada em Ações (i)	(8.068)	(8.068)

(i) Referente a despesas relacionadas as opções de compra de ações detidas na empresa AGL Holding (Cayman) controladora indireta da Agrolend SCFI S.A. As opções contam com vesting de 12 meses e prazo total de 5 anos.

20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Pis e Cofins apurado pelo regime cumulativo com base em receita bruta, com alíquotas de 4% para Cofins e 0,65% Pis.

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2025</u>
Despesas Tributárias	<u>(7.127)</u>	<u>(9.469)</u>
Tributos e Taxas	(4.253)	(4.288)
Pis	(402)	(724)
Cofins	(2.472)	(4.457)

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A Instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2025
Contas de Resultado Credoras	170.536
Contas de Resultado Devedoras	(132.228)
Lucro / prejuízo antes dos Ajustes	38.308
(+) Adições	32.768
(-) Exclusões	(28.963)
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	42.113
Imposto de Renda (15% + 10% adicional)	(10.307)
Contribuição Social (15%)	(6.316)

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os saldos das despesas e passivos da Instituição referentes a partes relacionadas em 31/12/2025 estão demonstrados no quadro abaixo:

	01/07 a 31/12/2025	31/12/2025
DISCRIMINAÇÃO		
Total - Despesas com Partes Relacionadas	15.629	21.562
Despesas com Remuneração de CDB	177	177
Outras Despesas Operacionais	15.452	21.385
Total – Passivos com Partes Relacionadas	58.177	58.177
Depósito a Prazo – CDB	58.177	58.177

23. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

- Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas.
- Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

24. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado – PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 44,56%, ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim do período em 503.715.

Valores em R\$ Mil

31/12/2025

Patrimônio de referência	503.715
RWA (ativos ponderados pelo risco)	1.130.295
Crédito – RWACPAD	1.118.620
Operacional – RWAOP	11.675
Índice de Basileia	44,56%

25. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido, a otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

26. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a Empresa contratada para auditoria independente das demonstrações contábeis, a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu nenhum evento subsequente relevante até a data de emissão das demonstrações contábeis.

A Instituição avaliou preliminarmente os possíveis efeitos da Lei Complementar nº 224/2025 sobre sua estrutura tributária e concluiu que, até a presente data, não foram identificados impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis, mantendo-se o acompanhamento das regulamentações complementares que poderão ser emitidas pelos órgãos competentes.

A empresa continuará monitorando eventuais alterações regulatórias e tributárias decorrentes da Lei, avaliando seus efeitos sobre as operações e a posição financeira.